

A Associação Tipográfica Baiana: o mutualismo entre os tipógrafos baianos (Salvador - séculos XIX e XX)

HUMBERTO SANTOS DE ANDRADE¹

O estudo do fenômeno mutualista no Brasil tem se renovado sobremaneira nos últimos anos. Essa circunstância propiciou algumas possibilidades de interpretação dessa forma de associativismo que se materializou na construção de sociedades beneficentes sobretudo no século XIX e início do XX. As sociedades mutualistas compreendiam desde os interesses étnicos de comunidades marcadas pela migração e pela herança escravocrata até aos interesses profissionais de determinadas categorias de trabalhadores. O mutualismo caracteriza-se, sobretudo, por sua complexidade e consequente impossibilidade de um modelo único de análise assentado apenas em uma de suas formas concretas. Isto se dá, eminentemente, pelo fato de que sua interpretação, como questão historiográfica, oscila entre abordagens que enfatizam o seu papel previdenciário e outras que tratam do fenômeno mutual como parte da história da formação da classe trabalhadora.

A revisão da interpretação do mutualismo no campo da história e, sobretudo, na especialidade da história social do trabalho, ocorre no início dos anos 1990² com a superação da compreensão, então hegemônica na historiografia dos trabalhadores no Brasil, de que o mutualismo faria parte de uma pré-história do movimento operário brasileiro. Até aquele momento uma visão linear caracterizava a história dos trabalhadores no Brasil. Entendia-se essa trajetória como fazendo parte de uma evolução das formas de organização que vinham do Império, mas que só tomavam uma forma característica de luta a partir da inauguração do período republicano. Subjacente a essa forma de encarar o problema da organização dos trabalhadores, estava assentada a ideia de um “progresso” da consciência e das formas associativas típicas desse estrato social.

¹ Mestrando em História pelo PPGH/UNESP (campus de Assis-SP)

² Cf. LUCA, Tania Regina De. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

Emblemático nessa caracterização por etapas, José Albertino Rodrigues³ propõe uma periodização da história dos trabalhadores no Brasil dividida em cinco momentos cronológicos, com características distintas de formas de organização e atuação dentro dos contextos que envolviam a formação da classe trabalhadora brasileira. Num primeiro momento, teríamos o período “mutualista”, cujo fim se daria no ano de 1888, marco do fim da escravidão no Brasil e do estabelecimento da hegemonia das relações capitalistas no que tange ao recrutamento da mão de obra. O segundo período dessa cronologia seria a etapa denominada de “resistência”; estenderia-se de 1888 a 1919, este último ano marca justamente a data da Greve Geral de 1919, considerada a maior greve da Primeira República. O terceiro período seria o de “ajustamento”, caracterizado por algumas iniciativas do Estado que buscavam evitar os conflitos sociais e implementar tentativas de controle sobre os trabalhadores brasileiros, principalmente por meio da normatização das regras que regiam as relações entre empresas, trabalhadores e o governo; este momento se estenderia de 1919 a 1934, culminando com a inauguração do Governo Provisório de Getúlio Vargas. A quarta etapa, seria o denominado período de “controle”, que se iniciaria a partir do fim do Governo Provisório e subsequente início do Governo Constitucionalista da Era Vargas, em 1934, e se estenderia até o ano de 1945, ano da saída de Vargas do poder no contexto das pressões no sentido de democratização e combate aos ditadores no mundo ocidental; isto, resultante da luta antifascista e antinazista durante a Grande Segunda Guerra. A quinta e última etapa, chamada de período “competitivo”, estende-se de 1945 ao ano de 1964, quando do momento de mais um intervalo democrático na nossa história política. Percebe-se, e não somente se vê, que essa sucessão de períodos ou etapas na história do movimento operário classifica claramente o mutualismo como um fenômeno relegado ao segundo plano da trajetória dos trabalhadores no Brasil, tendo como decorrência a marginalização dessas organizações na historiografia brasileira que tratava das associações de trabalhadores no país. Digno de registro nos anais da história dos trabalhadores brasileiros eram apenas o período de “resistência” e as organizações com esse caráter e natureza, além dos outros períodos subsequentes. Para Tania Regina De Luca, “analisando mais de perto a questão foi possível perceber que o desprezo pelo mutualismo subordinava-se menos à sua pequena importância

³ Cf. RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel: 1968.

do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores” (LUCA, 1990: 7).

Endossando essa tese, Claudia Maria Ribeiro Viscardi afirma que:

É possível supor que essa visão acerca do mutualismo derivava da incorporação de valores, por parte dos historiadores, nem sempre muito empáticos a uma modalidade de organização social que se espalhava entre os trabalhadores, mas que não tinha, necessariamente, compromissos com a resistência contra os abusos do capital. As mutuais, ao contrário, poderiam inclusive atuar na amenização dos conflitos interclassistas, ao garantir aos associados uma proteção extrassalarial, em períodos adversos, em geral, propícios à manifestação de conflitos de interesses (VISCARDI, 2010: 31).

Além dessa orientação ideologizada no tratamento do fenômeno, não se desvinculava o mutualismo da temática sindical. Entendia-se que as sociedades de socorros mútuos ligavam-se apenas aos organismos associativos dos trabalhadores. Fato que, com o aprofundamento das pesquisas relativas ao associativismo mutualista não se pôde mais assegurar categoricamente, visto que, agremiações dessa natureza não compreendiam apenas ações relacionadas ao mundo do trabalho. Temos, no interior da complexidade do mutualismo, uma série multifacetada de iniciativas de socorro mútuo relacionadas à identidade étnica, à questão puramente previdenciária, ou, a partir da tese de Adhemar Lourenço da Silva Jr⁴, à adoção da “escolha racional”, até a iniciativa de se associar exclusivamente por ramo de produção ou por ofício, além das mutuais de iniciativa do patronato.

Superada a concepção do mutualismo como embrião do sindicalismo, ou como apenas uma prática militante reformista, duas correntes interpretativas do fenômeno – porém, não excludentes entre si - consolidaram-se a partir dos últimos vinte anos de pesquisa. A primeira dessas duas abordagens se volta para a interpretação do mutualismo como manifestação de uma forma particular de organização dos trabalhadores. Já a segunda abordagem prefere interpretar o mutualismo como uma forma de seguro contra adversidades diversas que acometiam os indivíduos em suas trajetórias individuais ou em grupo. Estas seriam as duas principais maneiras com que é tratado o mutualismo na historiografia mais recente. Uma

⁴ SILVA JR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

dando ênfase ao papel das sociedades mutualistas na formação da classe trabalhadora e outra evidenciando o caráter proeminentemente previdenciário das ações oriundas do associativismo de socorro mútuo.

Em linhas gerais, o debate que se trava entre as duas abordagens é ocasionado, sobretudo, em virtude de que uma trata eminentemente do fenômeno mutual como parte integrante do movimento operário – principalmente por voltar-se para a análise de mutuais de trabalhadores somente, ou de mutuais de empresa e de mutuais étnicas, mas com sua relação com o mundo do trabalho – e a outra insistir no caráter de previdência das sociedades de socorro mútuo, onde, inclusive, a categoria “classe” não é um instrumento de análise apropriado para o entendimento do fenômeno, pois este estaria relacionado à questões que não tangenciavam o tema da classe social ou dos trabalhadores.

Dadas as características do nosso objeto de estudo – a Associação Tipográfica Baiana -, tendemos a nos aproximar da primeira forma de abordagem do mutualismo, sem, contudo, excluir a segunda. Mais próximo da primeira em virtude de a Tipográfica Baiana configurar-se como uma associação mutualista tipicamente de indivíduos ligados entre si por meio do trabalho; especificamente um ofício, ou uma categoria profissional, que era o ser tipógrafo. Pensamos que a formação da classe trabalhadora comportou formas organizativas diversas, e que o mutualismo foi uma delas, bem como que as associações mutualistas fizeram, também, parte de um sistema previdenciário onde os indivíduos acorriam para não ficarem à mercê da contingência. Sobre o debate entre as duas visões, Claudio Batalha assim se posiciona:

Ambas são necessárias e pertinentes. Não se percebe nenhuma oposição irreconciliável entre uma perspectiva que enfatiza a relação das sociedades mutualistas de trabalhadores com a história mais ampla do trabalho e aquela voltada, primordialmente, para o fim previdenciário do mutualismo. Pelo contrário, percebe-se uma complementaridade. [...]. Há muito ainda a ser feito na pesquisa sobre a história do mutualismo, no Brasil, mas, certamente, têm-se a ganhar se forem deixadas de lado oposições dicotômicas e certezas absolutas (BATALHA, 2010: 22).

A categoria “trabalho”, como balizador das fronteiras entre os indivíduos que estão, ou não, inseridos no sistema produtivo, nos é fundamental para a compreensão da trajetória desta sociedade mutual a que dedicamos nossas investigações. Essa noção do trabalho como

elemento diferenciador dos homens, vem carregada de conotações positivas para os trabalhadores. Como escreve Claudio Batalha, tal noção “encontra ressonância no movimento operário entre as mais diversas correntes: do anarquismo ao positivismo como forte herança saint-simoniana de um Sadock de S” (Batalha, 1991/2, p. 120).

A Associação Tipográfica Baiana é uma mutual típica de trabalhadores. Os esforços no sentido da criação de uma associação beneficente para os tipógrafos baianos remontam à década de 30 do século XIX. Nesse contexto, pós-Independência, o Brasil vivia importante momento de abertura econômica e a definição de novos rumos políticos que resultariam, inclusive, no estabelecimento de novas regras de ordenamento jurídico e social. A Bahia, como parte integrante do Império do Brasil, só concretizará tal condição a 16 de julho de 1823, quando o Senado da Câmara reconheceu o governo do imperador, quatorze dias após o 2 de julho de 1823⁵. Com a Constituição outorgada por dom Pedro em 25 de março de 1824, implementam-se novas medidas que regeriam as iniciativas de associação entre os indivíduos. Entre essas medidas, interessa-nos, sobretudo, nessa Carta Magna, o que se expressa no “Título 8º”, que trata das “Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”, em seu último artigo, o 179, inciso XXV, em que reza o seguinte: “Ficam abolidas as Corporações de Ofícios, seu Juízes, Escrivães, e Mestres”⁶. Essa nova legislação, pertinente ao direito de associar-se, extingue – pelo menos formalmente – o antigo modelo de associação de artesãos que vinha desde a idade média e institui um novo modelo baseado na formação das sociedades beneficentes ou de socorro mútuo. Os registros de entidades com esse novo formato, entretanto, só podemos encontrar a partir do ano de 1832, sobretudo em Salvador e Rio de Janeiro.

A trajetória da Associação Tipográfica Baiana está diretamente ligada a um fato anterior, mas de fundamental importância na história do lento processo de conquista das liberdades civis em nosso país. Referimo-nos ao estabelecimento da imprensa no Brasil. Sem esse fato, a existência do ofício de tipógrafo não teria tido concretude. Sabe-se que a primeira tipografia a instalar-se no Brasil, e com licença do rei de Portugal para particulares, foi

⁵ Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008; especialmente as páginas 256 e 257.

⁶ Cf. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). In: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/e964c0ab751ea2be032569fa0074210b?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>

concedida a Alexandre José Vieira de Lemos, morador na cidade da Bahia, e que solicitara ao governador da província a autorização para uso de uma “Imprensa para imprimir conhecimentos mercantis”⁷. Esse fato marca o pioneirismo nas terras baianas no que tange aos empreendimentos no campo da imprensa. Obviamente, com a instalação do maquinário, houve a necessidade de recrutamento de mão de obra para a operação das prensas e composição das chapas tipográficas, além do trabalho de revisor e de toda a gama de funções que compreendia o ofício de tipógrafo. Sobre a rede complexa que envolvia o estabelecimento de uma tipografia e seus resultados, observa Marcello de Ipanema:

A aceleração por que passava o Brasil e a incorporação de novas atividades ao dia a dia da sua gente, no momento em que os portos estavam abertos às trocas internacionais e a produção era livre e estimulada, não podiam prescindir desse tipo de produto gráfico [impressos mercantis], hoje raríssimo nos depósitos de documentos: anúncios, catálogos, rótulos, impressos para navegação, formulários, papéis pautados, avisos de toda natureza etc. (IPANEMA, 2010: 34).

Num dos periódicos publicados pela mutual dos tipógrafos baianos, a *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, em número dedicado à celebração do 32º aniversário da Associação Tipográfica Baiana, o editorial anuncia que as tentativas de criação de uma “sociedade para a classe”⁸ eram alimentadas desde o ano de 1837. Segundo a revista da Tipográfica Baiana, duas tentativas frustradas se sucederam até a data da instalação da associação, que se deu em 16 de abril de 1871, na cidade do Salvador. No Diário Oficial em comemoração ao Centenário da Independência da Bahia, publicado em 1923, registra-se que a instalação da Associação Tipográfica deu-se no Paço da Câmara Municipal, com “imponentíssima festa”⁹. Seus primeiros estatutos foram aprovados pelo Governo da Província, por ato de 25 de fevereiro de 1871, do Barão de São Lourenço, de acordo com o § 1º, do artigo 27, do Decreto nº 2.711, de dezenove de dezembro de 1860¹⁰. Percebe-se, que a Associação Tipográfica Baiana era um anseio da “classe” dos tipógrafos desde cerca de

⁷ Cf. IPANEMA, Marcello de. *A tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*. – 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2010.

⁸ Cf. *Revista da Associação Typographica Bahiana*. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 161.

⁹ Cf. *Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia – 1923*. Edição em fac-símile, Salvador: Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia), 2004, p. 397.

¹⁰ Idem.

quarenta anos antes da sua efetiva instalação e assunção de um estatuto jurídico como uma sociedade beneficente dos gráficos baianos. Imaginamos que, desde a instalação das primeiras tipografias particulares da Bahia - e que também foram as primeiras particulares do Brasil - tenha se desenvolvido um campo de atuação dos trabalhadores ligados ao ofício tipográfico na capital baiana e, conseqüentemente, surgido a necessidade de se associarem; seja para a prestação de socorros nos momentos de adversidade, seja para a preservação e transmissão das técnicas do ofício, ou, até mesmo para o compartilhamento de ideias que viessem a produzir uma ação no sentido de melhorias das condições de vida e de trabalho desses indivíduos.

Prudêncio de Carvalho, tipógrafo, gerente da *Revista*, escreve para esse número do periódico, dedicado aos trinta e dois anos de instalação da *Tipográfica*, um “*Escorço de uma notícia histórica*” em que registra a trajetória da associação dos tipógrafos baianos até aquele ano de 1903. Segundo a *Revista*, Prudêncio de Carvalho utiliza como fontes “documentos vários e autênticos”¹¹ que encontrou nos arquivos da *Associação*. No seu texto, o tipógrafo Prudêncio de Carvalho inicia destacando a importância do “espírito de associação” como estratégia de resistência, por meio da agremiação, contra “as agressões dos poderosos”¹². Para ele, “nenhum outro sentimento exalta mais e enobrece o espírito humano do que esse da beneficência altruística contra os golpes inesperados da adversidade e os desesperos do infortúnio”.

As estratégias de sobrevivência, numa sociedade em que a única forma legal de associativismo dos trabalhadores se dava por meio das mútuas, eram caracterizadas, sobretudo, por esse auxílio mútuo, especialmente no interior de determinados ofícios. É o que Edward Palmer Thompson denomina de uma “nova ordem moral”, ou seja, à retórica do mercado livre, baseada na concorrência e no solapamento das garantias que outrora as corporações asseguravam aos ofícios, os trabalhadores organizados em associações mutualistas opunham os princípios de solidariedade e associativismo. Para Thompson,

O historiador sente hoje a necessidade de tomar um partido nessa questão, porque havia duas visões alternativas e irreconciliáveis da ordem social humana se

¹¹ Cf. *Revista da Associação Typographica Bahiana*. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 163.

¹² Idem, p. 165.

confrontando, entre 1815 e 1850 – uma delas baseada na mutualidade, a outra, na competição (THOMPSON, 1987, v. 2: 31-2).

Obviamente o historiador inglês está tratando da realidade inglesa na primeira metade do século XIX, em que o processo de amadurecimento do capitalismo já estava alguns estágios a frente da realidade brasileira. Contudo, com a chegada da Corte portuguesa e as pressões dos próprios ingleses sobre a Coroa portuguesa aportada por aqui, faz com que o Brasil incorpore parte das transformações que ocorreram na Inglaterra. A abertura dos portos do Brasil, cuja Carta Régia foi emitida em Salvador a 28 de janeiro de 1808, significou, mesmo que em caráter interino¹³, a desobstrução dos caminhos para o livre comércio e as transformações decorridas dos investimentos que seriam atraídos ao novo centro da administração portuguesa, o Brasil. Junto com as mudanças na economia ocorrem as mudanças no ideário e nos costumes, bem como na ordem jurídica.

Apesar do desenvolvimento da indústria por aqui ainda estar engatinhando nos seus primeiros passos, constituía-se pouco a pouco um estrato social composto de trabalhadores, principalmente ligados às atividades artesanais e, a partir de 1824, livres das obrigações relativas às corporações de ofício, entretanto, ainda não acostumados com a lógica competitiva e com a racionalidade típica do capitalismo moderno. Desta maneira, as mutuais desempenharam importante papel na adoção de estratégias de sobrevivência numa sociedade que começava a se assentar em princípios oriundos das relações de mercado.

Em seu *Escorço*, Prudêncio de Carvalho escreve que após a primeira tentativa de criação da associação dos tipógrafos houve uma outra, em 1857, por iniciativa do tipógrafo Eduardo Daniel Galvão, auxiliado por mais três colegas, Ladisláo José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Estaquio José de Souza. Estes quatro tipógrafos, informa ainda Prudêncio de Carvalho, reuniram-se numa sala da tipografia do Sr. França Guerra, ao Beco do Tira-Chapéu, com mais trinta tipógrafos, sob a presidência do Sr. Lucidio de Souza Mascarenhas (não informa se tipógrafo ou não), para a instalação do conselho provisório responsável pela condução dos trabalhos até o dia da inauguração da sociedade.

Tal tentativa, contudo, não obteve êxito, assim como a primeira, no ano de 1837. Porém, treze anos mais tarde, os tipógrafos da Bahia conseguem concretizar o seu intento de

¹³ Cf. TAVARES, Luís Henrique Dias. *Op. cit.*, p. 213.

criar uma associação para os membros do ofício. Mais uma vez, Eduardo Daniel Galvão, juntamente com mais outros dois companheiros, Domingos Francellino da Silva e Joaquim Cassiano Hyppolito, conseguem reunir no dia 30 de outubro de 1870, na sala das sessões da Sociedade Monte-Pio dos Artífices, ao beco do Arcebispo, “diversos artistas tipógrafos, no propósito de criarem uma associação de socorros mútuos, denominada *Associação Typographica Bahiana*, principalmente para amparar os seus associados na falta de trabalho, na moléstia e na velhice”. Em nota, Prudêncio de Carvalho ainda observa que tinha também por fim a *Associação* fundar um jornal, “exclusivamente destinado a propugnar os direitos e privilégios dos associados, instruindo-os sobre todos os melhoramentos introduzidos na arte tipográfica e nas que lhe são conexas”¹⁴.

Por fim, podemos concluir que o mutualismo entre os gráficos baianos acompanhou o movimento associativista ocorrido entre trabalhadores de vários ofícios no período imperial e republicano. As características diferenciadoras se fazem em virtude das especificidades das mutuais de trabalhadores e do caráter por elas assumido durante suas trajetórias, muitas vezes assumindo condutas que não estavam prescritas em seus estatutos. A dinâmica social, política, econômica e cultural que caracterizava a sociedade do Brasil novecentista e do início do século XX, comportou inúmeras facetas no que tange aos movimentos sociais e suas organizações. A *Associação Typographica Bahiana* se insere nesse contexto de possibilidades restritas e interdições várias à atuação de organizações ligadas aos trabalhadores. No campo dos estudiosos da História do Trabalho no Brasil e, especificamente na Bahia, essa sociedade mutualista legou ao presente uma quantidade razoável de documentos para a pesquisa e que muito contribuem para o entendimento das relações sociais no período de sua existência. Por ser um ofício diretamente ligado às letras e à sua produção e reprodução, puderam esses trabalhadores deixar fios e rastros para o historiador fazer o seu exercício de reconstrução histórica.

¹⁴ Cf. *Revista da Associação Typographica Bahiana*. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 166.

REFERÊNCIAS

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, pp. 111-124, set. 91/ago. 92.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUCA, Tania Regina De. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel: 1968.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008; especialmente as páginas 256 e 257.

Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). In: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/e964c0ab751ea2be032569fa0074210b?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>

IPANEMA, Marcello de. *A tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*. – 2. ed. – Salvador: EDUFBA, 2010.

Revista da Associação Typographica Bahiana. Ano I, nº 10, abril de 1903, p. 161.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

11

Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia – 1923. Edição em fac-símile, Salvador: Fundação Pedro Calmon (Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia), 2004, p. 397.